



Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 18 DE MAIO DE 1977.

ANO III

AVULSO

PROJETO DE LEI NÚMERO 52/77 COMPLEMENTAR

A Assembléia Legislativa do Paraná

DECRETA:

SÚMULA: Autoriza o Chefe do Poder Executivo a fixar a estrutura, a definir a competência, e a adotar as demais providências, em relação à Procuradoria Geral do Estado, estabelecidas em lei.

Art. 1º — Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a fixar a estrutura, a definir a competência, e a adotar as demais providências, com relação à Procuradoria Geral do Estado, de conformidade com esta lei.

TÍTULO I

DA COMPETÊNCIA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Art. 2º — À Procuradoria Geral do Estado, subordinada diretamente ao Chefe do Poder Executivo, na forma do art. 59, da Constituição Estadual, compete: Representar judicial e extrajudicialmente o Estado, exercer as funções de Consultoria Jurídica, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações e prestar assistência judiciária aos necessitados.

Parágrafo único — As atividades jurídicas da Administração Pública Estadual, serão organizadas em sistemas, sob a direção da Procuradoria Geral do Estado, implantado mediante Decreto.

TÍTULO II

DA ESTRUTURA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Art. 3º — A Procuradoria Geral do Estado, tem a seguinte estrutura:

- I — Procurador Geral do Estado;
- II — Conselho da Procuradoria Geral do Estado;
- III — Procuradoria do Patrimônio Imobiliário;
- IV — Procuradoria Judicial;
- V — Procuradoria Fiscal;
- VI — Procuradoria Administrativa;
- VII — Procuradoria de Assistência Judiciária;
- VIII — Sub-Procuradorias Regionais;
- IX — Representação Judicial em Brasília;
- X — Secretaria da Procuradoria Geral do Estado;
- XI — Centro de Documentação, Legislação e Informática.

CAPÍTULO I

DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO

Art. 4º — A Procuradoria Geral do Estado, é dirigida pelo Procurador Geral do Estado.

Art. 5º — O Cargo de Procurador Geral do Estado será provido em comissão, na forma do Art. 62, da Constituição Estadual.

Parágrafo único — O Procurador Geral do Estado será substituído nos seus impedimentos e ausências por um Procurador, designado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º — Compete ao Procurador Geral do Estado:

- I — receber citações e notificações nas ações propostas contra o Estado;
- II — representar o Estado em qualquer juízo ou instância;
- III — desistir, transigir, fazer acordo, firmar compromisso, confessar, receber e dar quitação, mediante expressa prévia autorização do Chefe do Poder Executivo;
- IV — avocar a defesa de interesse do Estado em qualquer ação

ou processo, bem como atribuí-la à Procuradoria especialmente designada;

- V — propor ao Chefe do Poder Executivo, o ajuizamento, perante o Supremo Tribunal Federal de representações para declaração de inconstitucionalidade de leis;
- VI — propor ao Chefe do Poder Executivo, a declaração de nulidade ou a revogação de atos administrativos;
- VII — propor outras medidas visando ao aperfeiçoamento da defesa judicial, ou extrajudicialmente do Estado;
- VIII — despachar o expediente da Procuradoria Geral do Estado com o Chefe do Poder Executivo entender-se com os Secretários de Estado, sobre assuntos das respectivas pastas, relacionadas com as atribuições da Procuradoria Geral do Estado;
- IX — apresentar ao Chefe do Poder Executivo, a lista de classificação dos concursos de ingresso nas carreiras de Procurador e Advogado bem como as listas de promoções;
- X — propor a nomeação, promoção, acesso, exoneração e demissão de servidores do Quadro Pessoal Administrativo da Procuradoria Geral do Estado;
- XI — superintender os serviços administrativos da Procuradoria Geral do Estado;
- XII — designar o órgão de exercício dos servidores subordinados à Procuradoria Geral do Estado;
- XIII — conceder férias, licenças, salários-família, salário-esposa aos servidores da Procuradoria Geral do Estado;
- XIV — aplicar penas disciplinares de advertência, repreensão, suspensão até trinta dias e multa correspondente aos servidores administrativos da Procuradoria Geral do Estado;
- XV — instaurar sindicância ou processos administrativos de ofício, visando apurar irregularidades nos serviços da Procuradoria Geral do Estado;
- XVI — requisitar transportes para servidores da Procuradoria Geral do Estado;
- XVII — exercer as funções de Presidente do Conselho da Procuradoria Geral do Estado;
- XVIII — baixar portarias e expedir instruções disciplinando as atividades dos órgãos da Procuradoria Geral do Estado e dos Procuradores;
- XIX — homologar concursos de ingresso à carreiras de Procurador e de Advogado do Estado;
- XX — exercer as funções administrativas que lhe forem delegadas nos termos da Constituição do Estado;
- XXI — apresentar, anualmente ao Chefe do Poder Executivo, relatório dos trabalhos, sugerindo o que for conveniente aos serviços;
- XXII — exercer todas as atribuições anteriormente cometidas ao Consultor Geral do Estado e outras necessárias ao desempenho de seu cargo.

Parágrafo único — O Procurador Geral poderá delegar atribuições aos Procuradores Chefes, aos Procuradores e Advogados para a prática de atos previstos nos incisos II e III deste Artigo.

Art. 7º — Ao Gabinete do Procurador Geral do Estado incumbe auxiliá-los no desempenho de suas funções.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Art. 8º — Fica criado o Conselho da Procuradoria Geral do Estado, com a seguintes atribuições:

- I — exercer e poder disciplinar relativamente aos integrantes das carreiras de Procurador e Advogado, apreciando

transgressões e recomendando providências cabíveis em cada caso;

- II — organizar, realizar e julgar os concursos para ingresso e promoção nas carreiras de Procuradores e Advogados;
- III — organizar listas de antiguidades e de merecimento para promoção nas carreiras de Procuradores e Advogados;
- IV — processar e julgar as reclamações contra a classificação ou exclusão das listas para ingresso e promoção nas carreiras de Procurador e Advogado;
- V — proceder, em caráter permanente, ao controle de merecimento de Procuradores e Advogados, para efeito de estágio probatório e promoção, propondo, quando for o caso, a sua exoneração;
- VI — indicar os representantes da Procuradoria Geral do Estado que devem integrar comissões e órgãos de deliberação coletiva, ou realizar trabalhos especializados fora da repartição;
- VII — opinar sobre pedido de readmissão, reintegração, revisão, readaptação ou aproveitamento nas carreiras de Procurador e Advogado, e também sobre pedido de permuta, transferência ou remoção;
- VIII — conhecer das suspensões e impedimentos de Procuradores e Advogados;
- IX — sugerir ao Procurador Geral do Estado, quando necessário, a suspensão preventiva, até trinta (30) dias, de integrantes das carreiras do Procurador e Advogado;
- X — indicar nomes de Procuradores e Advogados para comissões de processos Administrativos, Sindicâncias ou outros encargos de interesse do Poder Executivo;
- XI — deliberar sobre a conveniência de conferir caráter normativo e pareceres do órgão;
- XII — deliberar sobre quaisquer assuntos da competência da Procuradoria Geral, submetidos a sua apreciação pelo titular do órgão.

Art. 9º — O Conselho compor-se-á de nove (9) membros, sobre a Presidência do Procurador Geral, membro nato, por 2 (dois) procuradores de 1ª classe, dois (2) de 2ª Classe, dois (2) de 3ª Classe e dois (2) de 4ª Classe, eleitos, por um período de dois (2) anos, pelos demais integrantes da respectiva carreira, vedada a recomendação para o período imediato.

Parágrafo único — Para a eventualidade de substituição serão escolhidos, na mesma oportunidade, oito (8) suplentes, dentro da mesma carreira, sendo dois (2) procuradores de 1ª Classe, dois (2) de 2ª Classe, dois (2) de 3ª Classe e dois (2) de 4ª Classe.

CAPÍTULO III

DAS PROCURADORIAS

Art. 10 — As Procuradorias, dirigidas por um Procurador Chefe, designados pelo Procurador Geral, são órgãos incumbidos da defesa judicial e extrajudicial do Estado, dos serviços de Consultorias previstos no Art. 1º desta Lei e bem assim, da prestação de assistência jurídica aos necessitados.

Art. 11 — As Procuradorias devem manter entendimentos diretos e estreita cooperação com os órgãos da administração pública, para o desempenho de suas atribuições.

Art. 12 — Os encargos de chefia das Procuradorias serão exercidos por integrantes da carreira de Procurador, sob forma de função gratificada.

SEÇÃO I

DO PROCURADOR CHEFE

Art. 13 — Compete ao Procurador Chefe:

- I — dirigir, coordenar, superintender, orientar e distribuir os serviços de sua Procuradoria;
- II — despachar o expediente da Procuradoria, com o Procurador Geral do Estado;
- III — representar ao Procurador Geral do Estado sobre o

que julgar cabível quanto aos serviços e atribuições de sua Procuradoria;

- IV — apresentar, anualmente, relatório dos trabalhos, sugerindo o que for da conveniência dos serviços;
- V — entender-se diretamente com os demais Procuradores Chefes sobre assunto de competência das respectivas Procuradorias;
- VI — orientar as Sub-Procuradorias Regionais e a Representação Judicial em Brasília, com elas entendendo-se diretamente nos assuntos relativos à sua Procuradoria;
- VII — comunicar ao Procurador Geral a solução dos processos e ações de interesse do Estado, propondo o arquivamento dos processos em que se verifique a impossibilidade ou inconveniência de procedimento judicial;
- VIII — exercer outras atribuições previstas em lei ou regulamento ou delegadas pelo Procurador Geral.

Parágrafo único — Ao Procurador Chefe, da Procuradoria Fiscal, além das atribuições previstas neste artigo, compete:

- 1 — promover a inscrição da dívida ativa, decidindo quaisquer questões a ela relativas;
- 2 — opinar sobre os pedidos de parcelamento de débitos nos termos da legislação fiscal.

SEÇÃO II

DA PROCURADORIA DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

Art. 14 — À Procuradoria do Patrimônio Imobiliário compete promover as medidas judiciais e administrativas, visando a defesa do patrimônio territorial do Estado.

SEÇÃO III

DA PROCURADORIA JUDICIAL

Art. 15 — À Procuradoria Judicial, compete representar e defender o Estado em juízo, como autor, réu assistente ou oponente, nas ações judiciais de qualquer natureza, exceto nos feitos de competência de outras Procuradorias.

SEÇÃO IV

DA PROCURADORIA FISCAL

Art. 16 — À Procuradoria Fiscal compete promover as medidas judiciais e administrativas, visando a defesa dos interesses fiscais do Estado.

§ 1º — A representação do Estado nos processos fiscais, onde não houver Sub-Procuradorias Regionais, nas Comarcas do Interior, poderá ser atribuída ao Ministério Público.

§ 2º — Para o desempenho de suas atribuições, a Procuradoria Fiscal manterá entendimentos diretos e estreita cooperação com os órgãos da Secretaria de Finanças.

SEÇÃO V

DA PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

Art. 17 — À Procuradoria Administrativa, incumbe defender o Estado em ações e processos e opinar nos expedientes administrativos atinentes a assuntos de pessoal e de serviço público em geral.

SEÇÃO VI

DA PROCURADORIA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Art. 18 — À Procuradoria de Assistência Judiciária incumbe, nas diversas Seções Judiciárias, a representação judicial do Estado em ações de qualquer natureza e prestar assistência judiciária aos necessitados, nas jurisdições criminal, civil e trabalhista.

Parágrafo único — O Decreto regulamentar a que se refere o Art. 45 dividirá o Estado em Seções Judiciárias, dando organização normativa a esta Procuradoria, quanto a seus órgãos e respectivas atribuições (Art. 1º, parágrafo único).

SEÇÃO VII

DAS SUB-PROCURADORIAS REGIONAIS

Art. 19 — Às Sub-Procuradorias Regionais subordinadas ao Procurador Geral do Estado, compete:

- I — executar nas comarcas das respectivas regiões as funções atribuídas às Procuradorias, sob a orientação do Procurador Chefe competente;

II — exercer funções consultivas junto aos órgãos locais da administração estadual;

III — executar serviços de natureza especial que lhes forem atribuídos pelo Procurador Geral.

Parágrafo único — As Sub-Procuradorias Regionais serão criadas ou extintas por decreto, mediante proposta do Procurador Geral do Estado ao Chefe do Poder Executivo.

SEÇÃO VIII

DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL EM BRASÍLIA

Art. 20 — A Representação Judicial em Brasília que será exercida por Advogado contratado ou por designação de integrante da carreira de Procurador, compete acompanhar e intervir em todas as causas e processos de interesse do Estado, perante os Tribunais Federais e órgãos Administrativos Superiores ali sediados.

SEÇÃO IX

DA SECRETARIA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Art. 21 — À Secretaria da Procuradoria Geral incumbe realizar todos os serviços administrativos do órgão.

SEÇÃO X

DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO, LEGISLAÇÃO E INFORMÁTICA

Art. 22 — Tem por finalidade assessorar, coordenar, controlar e manter em funcionamento o sistema de informação, documentação, legislação, jurisprudência e divulgação.

TÍTULO III

DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

Art. 23 — Os atuais cargos, integrantes da série de classe de Advogados e os de Procurador da lotação da Procuradoria Geral do Estado, ficam transformados e, com seus respectivos ocupantes, passam a constituir a carreira de Procurador, da Parte Permanente, do Quadro de Pessoal da referida Procuradoria, obedecida a seguinte composição numérica:

- 1ª Classe 20 cargos
- 2ª Classe 52 cargos
- 3ª Classe 63 cargos
- 4ª Classe 75 cargos

Art. 24 — São atribuições privativas dos integrantes da carreira de Procurador do Estado:

- I — promover a defesa do Estado em qualquer juízo ou instância;
- II — exercer as funções de Procurador Chefe;
- III — auxiliar e assessorar o Procurador Geral na execução dos encargos que lhe competem;
- IV — exercer a supervisão, orientação, coordenação e fiscalização dos trabalhos da consultoria e assessoramento do Poder Executivo, autárquico, empresas públicas e sociedades de economia mista, na esfera da competência da Procuradoria em que estiver lotado;
- V — exercer outras funções, em qualquer repartição pública, por convocação da autoridade competente, mediante autorização do Procurador Geral;
- VI — participar do Conselho de Procuradores observada a disposição do art. 8º desta lei.

Art. 25 — São assemelhados para todos os efeitos legais, os cargos de Procurador Geral do Estado, e Procurador Geral da Justiça. (Art. 98 da Constituição do Brasil e 64 da Constituição do Paraná).

CAPÍTULO ÚNICO DA PROMOÇÃO

Art. 26 — As promoções na carreira de Procurador do Estado serão feitas alternadamente por merecimento e antiguidade, obedecidas as normas do Art. 80 e seu § 2º, do Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado.

Art. 27 — Na aferição do mérito, o Conselho da Procuradoria Geral do Estado, considerará os seguintes elementos de preferência:

- I — a competência profissional, demonstrada através de trabalhos jurídicos no exercício da função;
- II — a dedicação ao exercício da função pública e o espírito de colaboração;
- III — os trabalhos jurídicos realizados;
- IV — os títulos;
- V — os diplomas de conclusão de cursos relacionados com a profissão, que não decorram de simples frequências.

Art. 28 — O Conselho da Procuradoria Geral do Estado organizará lista para efeito de promoções por merecimento entre os que alcançarem melhor classificação, dela constando tantos nomes quantos forem as vagas, mais dois, dispostos em ordem de classificação decrescentes.

Art. 29 — As listas de classificação por merecimento e por antiguidade serão publicadas no órgão oficial, para conhecimento dos interessados, os quais poderão reclamar dentro de oito (8) dias.

Parágrafo único — Da decisão do Conselho sobre a reclamação caberá recurso, dentro do prazo de 10 (dez) dias, para o Procurador Geral do Estado.

Art. 30 — A Procuradoria Geral do Estado é também constituída por integrantes da série de classe de Advogado do Quadro Único de Pessoal de Poder Executivo, e a sua lotação será feita mediante proposta do Procurador Geral, ao Chefe do Poder Executivo.

Art. 31 — Os advogados serão lotados na Procuradoria de Assistência Judiciária e servirão nas Seções Judiciárias para as quais forem designados.

§ 1º — Os Advogados perceberão, nas ações que propuseram, os honorários devidos pela sucumbência.

§ 2º — O Advogado organizará a Seção Judiciária, podendo solitar às Faculdades de Direito da região, estagiários para colaborarem com o serviço.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 32 — Ficam classificados como Procuradores de 1ª Classe os atuais Procuradores da extinta Consultoria Geral do Estado, bem como os ocupantes de dois cargos extintos, de Consultor Jurídico da Secretaria de Segurança Pública e do Departamento de Geografia, Terras e Colonização que obtiveram, por decisão judicial, transitada em julgado, os direitos e vantagens correspondentes àqueles cargos isolados.

Parágrafo único — Para efeito do disposto neste artigo, será obedecida a ordem cronológica decrescente de nomeação, quando for o caso.

Art. 33 — Os atuais ocupantes de cargos de Advogado, níveis 26 e 27, que à data da publicação da presente lei, figurarem na lotação da Procuradoria Geral do Estado e os ocupantes de cargos de Consultor Jurídico Tributário, do mesmo nível, ficam automaticamente enquadrados nos cargos de Procuradoria de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª classe, respeitado o critério exclusivo de antiguidade no cargo de Advogado.

Art. 34 — Os Procuradores terão seus vencimentos fixados com diferença não excedente a nove décimos entre uma classe e a respectiva seguinte, atribuindo-se aos da classe mais elevada não menos de nove décimos dos vencimentos do Procurador Geral do Estado.

Art. 35 — O reajustamento dos proventos dos funcionários aposentados nos cargos de Advogado Geral, Sub-Consultores da extinta Consultoria Geral do Estado, será feito, de ofício, na base dos vencimentos do cargo de Procurador da 1ª Classe.

Art. 36 — Os vinte e um (21) cargos, atualmente vagos, integrantes da série de classes de Advogados, níveis números 28, 29 e 30, da lotação da Procuradoria Geral do Estado, remanescentes da transformação de que trata esta lei, passam a integrar a classe única de Advogado (Art. 28).

§ 1º — O provimento dos cargos da Classe Única de Advogado será feito, por concurso público de provas e títulos, entre

os bacharéis em Direito, de comprovada idoneidade moral, inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil e com mais de dois (2) anos de exercício profissional.

§ 2º — Os vencimentos dos cargos de Advogado serão fixados em nove décimos dos Procuradores de 4ª Classe.

Art. 37 — Precedido o enquadramento de que trata esta Lei, os cargos de Procuradores de 4ª Classe, que vierem a vagar, serão providos, exclusivamente, por Advogados, oriundos da Classe Única, constante do art. 35, obedecidos os critérios alternados de antiguidade e merecimento, para o acesso.

Art. 38 — Observadas as disposições desta Lei, aplicam-se aos Procuradores, subsidiariamente, as regras do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado, enquanto não for criado o Estatuto próprio.

Art. 39 — O Procurador Geral do Estado poderá requisitar servidores de outros órgãos, na medida das necessidades da repartição, enquanto não for criado o Quadro de Pessoal Administrativo da Procuradoria Geral do Estado, a que se refere o parágrafo único, do artigo 18.

Art. 40 — Ficam integrados à Procuradoria Geral do Estado, na forma do art. 2º, inciso V e VII, e dos Arts. 15 e 17 desta Lei, a Procuradoria Fiscal da Secretaria de Finanças, e a Seção de Assistência Judiciária da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social e os Advogados do Departamento de Rendas Internas (DRI), da Secretaria de Finanças (Art. 2º e seu parágrafo 2º, da Lei número 6212, de 9 de agosto de 1971).

Art. 41 — As atuais Sub-Procuradorias Fiscais da Secretaria de Finanças, ficam transformadas em Sub-Procuradorias Regionais do Estado e integradas à Procuradoria Geral, mas continuarão funcionando apenas com as suas atuais atribuições, enquanto não dispuserem de pessoal em número suficiente dos demais recursos necessários, salvo casos especiais a juízo do Procurador Geral.

Art. 42 — Fica vedado o exercício da Advocacia aos Procuradores e Advogados, respeitado os direitos adquiridos.

Art. 43 — O Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná (IPE), a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), e o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas (IBPT), adaptarão os seus Departamentos jurídicos aos dispositivos desta Lei, no que tange à classificação e vencimentos de seus Advogados, tendo em vista o disposto no artigo 13 da Lei 4339, de 28 de fevereiro de 1961 e o artigo 4º, II, do Regulamento do Decreto 2680, de 18 de outubro de 1972, publicado no D.O., de 20 de outubro do mesmo ano.

Art. 44 — Ficam transferidas para a Procuradoria Geral do Estado as dotações orçamentárias consignadas às antigas Consultoria Geral do Estado, Procuradoria Fiscal da Secretaria de Finanças e Saúde e Bem Estar Social, respeitadas as suas destinações específicas.

Parágrafo único — O pessoal lotado nos órgãos integrados à Procuradoria Geral do Estado passa à lotação desta.

Art. 45 — As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta da dotação do Orçamento do Estado.

Art. 46 — Dentro de trinta (30) dias, o Procurador Geral do Estado submeterá ao Chefe do Poder Executivo, projeto de Regulamento da Procuradoria Geral do Estado, organizando-a e dividindo o Estado em Seções Judiciárias (Parágrafo único, do art. 1º e art. 17, parágrafo único).

Parágrafo único — Em igual prazo, o Procurador Geral do Estado remeterá ao Chefe do Poder Executivo, projeto de criação do Quadro de Pessoal Administrativo da Procuradoria Geral do Estado.

Art. 47 — Os funcionários que tiverem a sua situação alterada por esta Lei, terão seus títulos apostilados pelo Procurador Geral do Estado.

Art. 48 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1977.

Deputado ACCIOLY NETO

Apoio: Jayme Rodrigues de Carvalho; Jorge Sato, Maurício Fruet; Quielse Crisóstomo da Silva; Ezequias Losso; José Muggiati Filho.

JUSTIFICATIVA:

1. A 13 de maio do ano passado, os advogados integrantes da Procuradoria Geral do Estado encaminharam memorial ao Governador Jayme Canet, que trata, em seu contexto, de uma reivindicação da classe, com apoio na Constituição Estadual.

A data é significativa e não pode passar despercebida, pois nesse dia se comemora, em toda a Nação, a libertação definitiva dos escravos, em outras palavras, o Brasil se rejubila de ser um País onde não há mais escravidão — “todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas...” diz a Constituição vigente, no Capítulo dos Direitos e Garantias Individuais.

Antes de mais nada, “O que mais importa não é fazer iguais os desiguais, o que seria negar a própria igualdade, por não se ver onde ela existe. O que mais importa é vedar-se a desigualização dos iguais” — professa PONTES DE MIRANDA.

Todavia, essa lição do mais formidável jurista brasileiro, contida em comentário ao princípio da igualdade de todos perante a lei, caiu no vazio aqui no Paraná, em relação aos advogados da Procuradoria Geral do Estado.

É que, pelo Decreto número 1575, de 05 de fevereiro de 1976, o Governador do Estado entendeu de autorizar a concessão, a procuradores e advogados, em efetiva jornada de trabalho na Procuradoria Geral do Estado, que prestem serviços de representação judicial, de consultoria jurídica ou de assistência judiciária, a gratificação pelo exercício de encargos especiais, prevista no Art. 172, número VIII, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970.

À primeira vista, a medida governamental pode parecer salutar, na medida em que deixa transparecer o desejo do Governador de melhor recompensar os advogados do Estado, que tantos e relevantes serviços têm prestado ao seu não muito pródigo mandante.

Mas, assim não é.

Pois, no mesmo Decreto, no parágrafo 1º do Art. 3º, ficou estabelecido que a proposta da designação para a Procuradoria Geral do Estado não excederá de 60 (sessenta) procuradores e advogados. E, no parágrafo 2º do mesmo Artigo, autorizou-se ao Procurador Geral do Estado a designação de mais 28 advogados ou procuradores, para prestarem encargos especiais nas diversas Secretarias de Estado.

Da soma das duas parcelas, chega-se a um total de 88 bacharéis, entre advogados e procuradores.

Mas, ascendem a duzentos bacharéis vinculados à Procuradoria Geral do Estado.

Ora, para o advogado não se pode estabelecer diferença no que tange à atividade profissional. Esta é igual para todos — representar em juízo ou fora dele o seu constituinte, ou a seu pedido, emitir parecer sobre qualquer matéria jurídica.

Que encargo especial, do ponto de vista profissional, pode ter um advogado que está, do ponto de vista funcional, na mesma situação de outro bacharel?

Honestamente, nenhum. Qualquer encargo profissional atribuído a um, pode perfeitamente ser desincumbido por outro, com idêntica proficiência. Afinal, o direito é igual e a variabilidade de situações fáticas são acomodadas às mesmas normas jurídicas.

Sem qualquer justificativa, destarte, o mencionado Decreto, que, ademais, burla e malfere o preceito contido no parágrafo 1º, do Art. 153, da Constituição Federal, que assegura a igualdade de todos perante a lei.

O memorial que hoje completa um ano, está assim redigido:

"Sr. Governador:

Os signatários, todos lotados na Procuradoria Geral do Estado, da Secretaria do Estado da Justiça, com todo o respeito, impetram vênias para dirigir a V. Exa. o presente Memorial, que trata, em seu contexto, de uma reivindicação da classe, com apoio na Constituição Estadual.

1 — A Procuradoria Geral do Estado, constituída de Advogados e Procuradores, é definida, na Constituição Estadual, em seu Artigo 59, como sendo "o órgão que o representa judicial e extrajudicialmente e exerce as funções de consultoria jurídica ao Executivo, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado, bem como assistência judiciária aos necessitados" (textuais). Nela, advogados e procuradores, têm as mesmas atribuições e competência.

2 — Invocando, ainda a Constituição Estadual, seu Artigo 26, parágrafo único, item 5, estabelece que o Estatuto da Procuradoria Geral do Estado, deverá ser provido através de Lei Complementar, esta que, na hierarquia das Leis, é prioritária e dever do próprio Estado, porque se constitui em complementação da Lex Legu.

3 — Por outro lado, a Procuradoria Geral da Justiça, órgão vinculado ao Poder Executivo, também integrante da Secretaria da Justiça, tem seu Estatuto próprio preconizado no Art. 26, parágrafo único, item 3, da Constituição Estadual, através de Lei Complementar.

4 — O Regulamento da Secretaria de Justiça, baixada pelo Decreto número 1533, de 23 de janeiro de 1976, ao estabelecer sua estrutura organizacional básica, colocou no mesmo plano hierárquico, em nível de Direção Superior, lado-a-lado, a Procuradoria Geral do Estado, a Procuradoria Geral da Justiça e a Procuradoria do Estado, junto ao Tribunal de Contas. E, ao prevenir a competência dos 3 órgãos, vale frisar, dimensionou a importância de cada um e de todos, dando-lhes igual estatura, no Concerto da Administração Pública. Mais ainda, o Artigo 50, do Diploma aludido, recomenda a promulgação, por Lei Complementar, do Estatuto da Procuradoria Geral do Estado. É que se pretende, Exmo. Sr. Governador, através deste humilde instrumento, que não representa, de modo algum, reparo à administração de V. Exa. da qual, os subscritos fazem parte, atuando em todas as suas áreas e setores. Significa, isso sim, e se espera que assim seja entendido, a sugestão construtiva para a reestruturação legal, em obediência ao mandamento da Constituição, de órgão ao qual pertencem.

5 — O Projeto de Lei Complementar, que acompanha este apelo, é dirigido ao elevado espírito de Justiça e de sensibilidade humana de V. Exa. sobejamente demonstrado no trato com os mais sagrados interesses do Paraná, do seu laborioso povo e do próprio funcionalismo público. Encerra, sem sombra de dúvida, o condão de promover o reconhecimento do verdadeiro valor da Procuradoria Geral do Estado e oferecer aos seus integrantes, um tratamento condizente com o seu trabalho, essa gama extraordinária de serviços desde as defesas judiciais, o assessoramento e a Consultoria Judicial, a todos os órgãos estaduais, até a assistência judiciária, aos menos favorecidos. É o espírito desta desprezenciosa mensagem, Exmo. Sr. Governador.

6 — Desde que aprovado o projeto e transformado em Mensagem Governamental, "datíssima vênias máxima", Vossa Excelência terá atendido ao mandamento constitucional, dando estrutura à Procuradoria Geral do Estado e, por extensão, aos seus membros, tratamento igual e justo, na mesma hierarquia dos integrantes da Procuradoria Geral da Justiça, dentro da própria definição, oferecida pelo

Regulamento da Secretaria de Estado da Justiça, no Decreto número 1533/76, já mencionado.

7. A paridade constitucional, Excelência, adotada tão sabiamente pela Carta Magna, por certo, inspirou-se no princípio de que "não se pode e não se deve tratar desigualdade às igualdades" e, com sustento naquele primado, os signatários esperam — reiterando o que foi dito no preâmbulo que o presente seja recebido como um apelo ao espírito justiceiro do Governador de todos os paranaenses.

ITA SPERATUR."

2. Sobre este Memorial, assim manifestou-se a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná:

"A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, em reunião ordinária de seu Conselho, realizada a 5 de agosto do corrente ano, tomou conhecimento do memorial que o quadro do Pessoal da Procuradoria Geral do Estado encaminhou a Vossa Excelência. Unanimemente, decidiu apoiar e acampar as justas e inadiáveis reivindicações contidas naquele documento, subscrito por mais de uma centena de seus filiados, nomes honrados e ilustres, aos quais a classes e o Governo do Estado do Paraná muito estão a dever por reais e inestimáveis serviços prestados.

Os advogados do Estado, Senhor Governador, enquanto não for elaborado o Estatuto da Procuradoria Geral do Estado, através de Lei Complementar, de caráter prioritário, face o mandamento contido no Artigo 26, parágrafo único, inciso V, da Constituição do Estado do Paraná, — continuarão marginalizados sobretudo no que concerne à retribuição que lhes dá o Estado, presentemente aviltante, amesquinhada, como foi, exatamente, pela inexistência de uma estrutura compatível com suas responsabilidades, no mesmo nível hierárquico da Procuradoria Geral da Justiça.

A paridade constitucional dependa tão somente daquela lei complementar.

Na intenção de sensibilizar Vossa Excelência para um problema de magna importância, que envolve os altos interesses de seu Governo, aproveito-me do ensejo para apresentar-lhe Respeitosas Saudações".

Em torno da questão, igualmente se pronunciou a Associação dos Magistrados do Paraná, que afirmou:

"Senhores Advogados:

Apraz-me acusar o recebimento do expediente subscrito por Vossa Senhorias, acompanhado de memorial dirigido ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, reivindicando melhor retribuição pelos reconhecidos serviços prestados à Administração Pública, como integrantes da Procuradoria Geral do Estado e solicitando, desta Associação, apoio que reputam valioso.

Na verdade, senhores advogados, a Associação dos Magistrados do Paraná, como os senhores Juizes em particular, tem sabido avaliar o empenho e a dedicação de todos quantos militam na douda Procuradoria Geral do Estado, principalmente, na esfera judicial.

Por outro lado, sensível aos problemas que afetam tão dignos profissionais, esta entidade não poderia deixar de testemunhar todo seu apreço e solidariedade, certa que o eminente Chefe do Poder Executivo haverá de propiciar solução adequada.

Nem porisso, senhores advogados, cumprindo resolução da Diretoria da Associação dos Magistrados do Paraná, transmito-lhes, e a todos que mourejam em tão importante órgão da Secretaria da Justiça, estas manifestações que espero traduzam o pensamento de todos os senhores magistrados do Paraná".

E, como não poderia deixar de ser, também este Poder hipotecou seu apoio à legítima reivindicação dos advoga-

dos e procuradores do Estado, ao aprovar, na 117ª Sessão Ordinária, realizada em 23 de setembro de 1976, requerimento que subscrevi, através do qual se solicitou:

"... O envio de ofício ao Excelentíssimo Governador do Estado solicitando o encaminhamento a esta Assembléia Legislativa, com urgência, do anteprojeto de Lei Complementar que dispõe sobre o Estatuto da Procuradoria Geral do Estado, que lhe foi remetido, através de Memorial, pelos advogados e procuradores do mencionado órgão".

3. Todavia, a providência requerida pelos integrantes da Procuradoria Geral do Estado não obteve acolhida junto ao Chefe do Poder Executivo, que até hoje não remeteu à Assembléia Legislativa o aludido anteprojeto de Lei Complementar.

Tal providência, aliás, já era reclamada especificamente no texto do Decreto número 1533, de 23 de janeiro de 1976, baixado pelo Governador do Estado para aprovar o Regulamento e a estrutura da Secretaria da Justiça. O art. 50, do mencionado diploma legal, dispõe que,

"Fica mantida a atual estrutura administrativa da Procuradoria Geral do Estado e respectivo regulamento baixado pelo Decreto número 11.115, de 18 de março de 1963, até que na forma do item 5º do parágrafo único do artigo 26 da Constituição do Estado do Paraná, seja promulgado, por Lei Complementar, o Estatuto próprio que deverá abranger todo o assessoramento jurídico da administração direta do Estado".

Ainda assim, o Poder Executivo permanece inerte, malgrado o seu Chefe tenha reconhecido expressamente, pela via legislativa, há mais de um ano, que a medida pleiteada se impunha como exigência inquestionável da Constituição do Estado.

Mas, o O.A.B. do Paraná voltou à carga, recentemente, tendo em vista que: "com o propósito de colocar em linha de evidência a marginalização dos advogados servidores do Paraná, que lhes é imposta, há muitos anos, por vencimentos aviltantes e mesquinhos. Em face de acreditarmos seja agora o momento preciso para o encaminhamento de lei complementar, que foi a sugerida por aquele expediente, que ratificou por sua vez o memorial dos advogados do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Estado, — vimos a Vossa Excelência novamente apelar para a sensibilidade do nosso Governador do Estado no sentido de dar àqueles profissionais honrados e ilustres, que dignificam os quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, a condição que os nobilita a trabalhar com dignidade e firmeza, na missão de defender os altos interesses do Estado do Paraná, à altura da responsabilidade que lhes é confiada".

Daí, o presente projeto de lei que visa a alcançar a concretização da medida.

4. Na hierarquia das Leis, a Complementar é a primeira que sobressai, dentre as outras, de vez que o Estado deve prover à complementação de sua Constituição na ordenação dos órgãos que expressam sua vontade. Por força do artigo 26 da Constituição Estadual, o projeto trata de Lei Complementar e não ordinária, desta distinguindo-se, porque na nomogênese da norma jurídica, a conveniência e a oportunidade presidem ao nascimento da ordinária, quando é dever do Estado, prover para que a Constituição se complete, desde que o Estado é um sistema de fins, que pela sua própria natureza ôntica é normativo, e portanto, para a sua perfeita funcionalidade, e, não só necessário, mas essencial que esta Lei exista e seja adequada a seus fins.

Por isto é que, de conformidade com o artigo 59 da Constituição Estadual, englobou o projeto em seu seio, os órgãos judiciais que se multiplicavam em diversos sub-sistemas, e deu competência à Procuradoria Geral do Estado, para representar judicial e extrajudicialmente o Estado, exercer as funções de Consultoria Jurídica do Executivo, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações, e prestar assistência judiciária aos necessitados.

Com isto possibilitar-se-á à Procuradoria Geral do Estado, fazer face à enorme soma de atribuições e responsabilidades que lhe incumbem, constituindo o projeto medida que não mais poderá ser adiada. O volume de trabalhos que lhe estão afetos, cresceu extraordinariamente nos últimos anos, por força dos mais diversos fatores, entre os quais avulta a multiplicação dos serviços públicos que passaram a ser atendidos pela administração estadual e que, por natureza, ensejam a constante intervenção do mesmo órgão. A organização deficiente atual da Procuradoria necessita de correção, com urgência.

5. O artigo 2º do projeto prevê a criação de Procuradorias especializadas para os atendimentos setoriais específicos da atividade jurídica estadual, todas com funções de defesa do Estado em qualquer juízo ou instância, para corrigir a grave distorção até agora existente, de a mesma Procuradoria Geral do Estado ser obrigada a acompanhar recursos interpostos por outros órgãos, sem ter sido ouvida, previamente quanto aos aspectos essenciais da causa, no momento próprio.

Entre vários aspectos benéficos desta estruturação, pode-se ressaltar a integração da Procuradoria Fiscal, atualmente subordinada à Secretaria de Finanças, à Procuradoria Geral do Estado, sem prejuízo dos entendimentos diretos e da estreita cooperação que deve manter com a mesma Secretaria de Estado, por força da natureza de suas funções.

Nem poderia deixar de ser assim, tendo-se em vista a unidade de representação judicial prevista pelo artigo 59, da Constituição do Estado que proibiu a multiplicação de órgãos afins, concentrando-se a competência dessa representação na Procuradoria Geral do Estado.

6. A procuradoria é dum dos pontos altos do projeto. Na implantação do sistema de atividades jurídicas da Administração Pública Estadual, sob a direção da Procuradoria Geral do Estado, conforme prevê o parágrafo único do artigo 1º do projeto, mediante decreto será completada a estruturação da Procuradoria, e nos termos do estabelecido no artigo 45 e parágrafo único do artigo 17, deste plano de lei.

7. O projeto cria o Conselho da Procuradoria Geral do Estado, com numerosas atribuições, entre as quais a de formular diretrizes, supervisionar e fiscalizar os assuntos de natureza jurídica, a cargo do Procurador Geral, exercer o poder disciplinar, zelar pela regularidade do funcionamento de todos os órgãos jurídicos, realizar a seleção para o ingresso e promoção nas carreiras de Procurador e Advogado, colaborar obrigatoriamente na expedição de pareceres normativos para uniformizar a jurisprudência e promover o estudo, planejamento e implantação de órgãos de apoio interno, que se fizerem necessárias ao melhor desempenho das funções judiciais e administrativas a cargo da Procuradoria Geral.

8. Cria o Projeto, a Corregedoria, que realizará correções gerais e ordinárias nos órgãos jurídicos, estaduais, visando vigilar para que as normas estruturais da Procuradoria, não se percam no vazio da pura vigência da norma que não corresponda à efetividade de sua projeção do mundo da efetividade social, com vistas aos fins visados. Aliás, o projeto todo, teve suas vistas voltadas para este objetivo.

9. No projeto, a carreira de Procurador do Estado, foi instituída com providência inadiável, pois a Administração necessita contar com um corpo de profissionais experientes e capazes, dedicados exclusivamente à defesa judicial e extrajudicial do Estado, à supervisão, direção e orientação dos trabalhos de Consultoria e Assessoramento do Poder Executivo e demais entidades públicas previstas no artigo 59.

10. Há um Quadro Único de Advogados, composto de vinte e um (21) cargos hoje vagos. O acesso regular à carreira será feito com obediência aos ditames constitucionais, por meio de concurso público de títulos e provas. Eles terão acesso à carreira de Procurador, por promoção, por merecimento e antiguidade.

11. As responsabilidades profissionais dos Procuradores é imensa. O seu preparo deve ser o melhor possível e somente vencimentos condizentes e adequados a esse preparo podem servir de incentivo aos bacharéis para procurar a carreira. Se não são ainda aqueles ótimos que o Estado desejaria pagar, a este órgão, como justo e merecido, obedecem à compatibilidade da conjuntura atual levantada para esta Secretaria e, pelo menos, são condígnos.

A Procuradoria Geral do Estado, não realiza serviços transitórios e eventuais, ligados à programas ocasionais do governo, mas desempenha eminentes funções de caráter permanente estritamente vinculados à altas decisões do Poder Executivo, donde o caráter de órgão constitucional, que lhe foi reservado, pelo artigo 59 da Carta Estadual, em vigor, em paridade com a Procuradoria Geral da Justiça.

Este aspecto é de alta relevância. A equiparação estrutural e funcional das duas Procuradorias é necessária e órgãos de tamanho porte necessitam, por sua relevância, ter a importância e eminência que seus objetivos exigem. Os valores econômicos e morais defendidos, exigem um preparo profissional aprimoradíssimo e todos os aspectos, tanto estruturais, quanto funcionais, do órgão, mostram que a paridade deve ser explícita na lei.

Vedou-se a advocacia aos Procuradores e Advogados, para que voltem seus olhos ao profissionalismo de suas funções e se dediquem exclusivamente aos mistérios da defesa dos interesses

do Estado. Desestimulados de se dedicarem a outras atividades particulares, aprimorar-se-ão no conhecimento das ciências jurídicas, na defesa de sua especialidade, com proveito para o Estado.

Esta vedação é meta buscada pelo legislador, mas é essencial que se paguem vencimentos condígnos e que se respeitem as situações definitivamente constituídas. Sem isto, a regra constitucional prevista no artigo 153, § 3º da Constituição do Brasil, estaria ferida.

O reajustamento dos proventos, na forma indicada no projeto, dos funcionários aposentados nos cargos isolados, de provimento efetivo, de Advogado Geral do Estado, Procurador Geral da Fazenda, Sub-Consultores e Procuradores da Consultoria do Estado, hoje denominada Procuradoria Geral do Estado, constitui medida de mais elementar justiça, pois, apesar de terem prestado relevantíssimo serviço à causa pública, nos altos cargos que ocuparam, percebem vencimentos verdadeiramente irrisórios e incompatíveis com aquelas funções que exerceram. O próprio Governo Federal tem estendido, aos aposentados, os benefícios decorrentes das alterações das respectivas carreiras, encerrando assim, honrosamente, episódio idêntico com integrantes das carreiras de Diplomata, Procuradores da União e outras.

Assim, o presente projeto contém as regras fundamentais, que visam adequar-se aos fins da Constituição Estadual, corrigindo-se as distorções que a experiência indicou necessárias.